



VILLA VIÇOSA — PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA.

QUATRO leguas ao poente de Elvas e oito ao nascente de Evora está situada a antiga côrte dos duques de Bragança no meio de uma planicie, que por viçosa lhe deu nome. O seu foral tem a data de 5 de junho de 1270, e a assignatura de D. Affonso III. Todavia alguns auctores attribuem a esta povoação uma origem muito remota, fundando-se na circumstancia de terem existido ali dous templos do paganism, um consagrado a Proserpina, e o outro ao deus Endovelico. Este ultimo, que se achava a pequena distancia da villa, foi mandado demolir pelo duque D. Theodosio I, com o fim de se aproveitar dos materiaes para diversas obras. Por este modo se tem dado cabo n'este paiz de preciosos restos de monumentos antigos. Entretanto aquelle duque teve ao menos o bom juizo de conservar todas as pedras com inscripções, que se encontraram no referido templo, fazendo-as collocar na frente da igreja dos eremitas de Santo Agostinho.

Foi fundado este convento em 1267, e no reinado d'el-rei D. Diniz se edificou o castello; porém a villa só tomou importancia, quando os duques de Bragança n'ella estabeleceram a sua principal residencia. Então prosperou rapidamente, e chegou a subi-

do ponto de esplendor. Levantaram-se magnificos templos, hospitaes e palacios, e a população, augmentada com a immensa familia dos duques (1), crescia continuamente com a gente que ali concorria, uns attrahidos pelas festas e passatempos, que ali haviam a miudo; outros levados das vantagens commerciaes, que uma terra n'aquellas circumstancias offerece ás diversas industrias. Mas tudo isto acabou. D'esse aruido e bulicio, que assimilhavam a villa a uma cidade populosa; d'essa actividade commercial, que indicava a existencia de um grande mercado; d'essas festas tão esplendidas, a que concorriam viajantes de todas as provincias do reino e de muitos pontos da Hespanha; de toda essa grandeza, em fim, que lhe dava o aspecto de uma côrte de reis, Villa Viçosa não conserva mais do que algumas memorias registadas nos archivos da historia, ou passadas tradicionalmente de paes a filhos, e alguns monumentos, que

(1) A historia genealogica da Casa Real Portugueza, tratado do duque D. Theodosio II, diz no tomo 6.º, pag. 454: "A familia da sua casa se compunha de mais de oitocentas pessoas, etc."

prestam a essas memorias e tradições o testemunho da verdade. O soberbo palacio ducal, o vasto Terreiro do Paço, o grande templo de Nossa Senhora da Graça, pantheão dos duques de Bragança, contrastam singularmente com a pobreza da terra, e com a solidão das ruas.

A decadencia d'esta villa proveiu da exaltação ao throno da familia de Bragança. Assim que el-rei D. João IV veio estabelecer a sua côrte em Lisboa, perdeu Villa Viçosa toda a sua importancia, e declinou rapidamente em prosperidade, pois não teve só que sentir a ausencia dos duques e do infinito numero de pessoas, que compunham a sua casa, mas tambem a falta de muitas familias, que vieram residir para esta capital, onde obtiveram empregos.

Em tempos de D. Pedro II, D. João V, D. José I e D. Maria I, assumiu aquella villa mais alguma animação com a presença d'estes soberanos, que lhe faziam frequentes e ás vezes demoradas visitas. Mas depois da partida da familia real para o Brazil, tornou ao seu habitual silencio e tristeza, interrompidos apenas em outubro de 1843 pela visita, que suas magestades e altezas se dignaram fazer-lhe.

Villa Viçosa conta hoje pouco mais de tres mil habitantes. É cabeça da ordem de Nossa Senhora da Conceição, instituida por el-rei D. João VI no Rio de Janeiro a 6 de fevereiro de 1818. Das antigas fortificações é o castello a que está melhor conservada. Possui duas parochias, casa da misericórdia, um hospital, dous mosteiros de freiras, quatro conventos que foram de frades, e finalmente o palacio real, a mais sumptuosa de todas as suas construcções.

Foi começado este paço no anno de 1501 por D. Jaime, quarto duque de Bragança, logo depois de regressar do seu desterro. Até esta epocha residiram os seus antecessores dentro do castello em umas casas, que fez edificar o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e que tão mal quadravam com a opulencia de seus senhores. Seu filho D. Theodosio I augmentou-o bastante; e seu neto D. João I, por occasião do seu casamento com D. Catharina, filha do infante D. Duarte, adornou-o muito. Porém as obras de mais sumptuosidade foram comprehendidas por D. Theodosio II, que lhe levantou de novo toda a frente principal, como actualmente se vê. Este principe para festejar o seu consorcio com D. Anna de Velasco, filha de D. João de Velasco, condestavel de Castella e Leão, guarneceu as salas com tão preciosas telas e alfaias, ostentou tal apparatus de baixellas de ouro e prata, e deu funcções publicas de tanta riqueza e brilho pelo espaço de oito dias, que ficaram celebres e memoraveis em toda a Península as festas de Villa Viçosa.

Este palacio está situado em uma grande praça, chamada Terreiro do Paço, da qual, juntamente com a capella real, que lhe fica contigua, occupa dous lados. A igreja e convento de Nossa Senhora da Graça, o palacio do deão da real capella, e um convento de freiras orlam os outros lados da praça.

O paço tem dous andares com vinte e cinco janellas em cada um, e no corpo do centro mais um andar com tres janellas. Conta tres ordens de architectura: doricca no pavimento baixo; jonica no andar nobre; e corinthia no segundo andar, tendo ao todo setenta e oito pilasstras. Esta fachada é de marmore branco da Serra d'Ossa, é da mesma qualidade é toda a pedra empregada exterior e interiormente.

Em uma grande sala vêem-se os retractos de todos os duques de Bragança, pintados a oleo, e em corpo inteiro. Mandou-os fazer D. João V, por Pe-

dro Antonio Quillard, pintor francez, que teve ao seu serviço, e de quem Cyrillo Volkmar Machado elogiava a habilidade, dizendo que: «Tinha talentos superiores; retractava bem; pintava com lindo estylo as festas galantes no gosto de Watteau, de quem parecia ser discipulo.» Encerra o palacio grande numero de salas e quartos. A casa chamada da *armaria* era antigamente um dos objectos, que ali mais excitavam a curiosidade. Era, como o nome o indica, deposito d'armas de guerra e de caça de diferente genero e qualidade. Possuiu por longa serie de annos as necessarias para armar alguns milhares de soldados. Perderam-se muitas na batalha de Alcacer-Quivir, e o resto na lucta da restauração com a Hespanha.

Têm pouco que vêr os jardins, e apesar do abandono em que estão ha tantos annos, conhece-se que nunca corresponderiam nem á magnificencia da habitação, nem ao encarecimento que d'elles fizeram alguns auctores. Outro tanto não se poderá dizer da tapada, que é digna de uma residencia real. Tem três leguas de circumferencia, e em alguns sitios uma de largura. É cercada de altos muros, e povoada de muitos veados, corças, javalis e mais caça meuda. Encontram-se n'esta tapada algumas casas de campo, ermidas, bons arvoredos e um grande lago. Ultimamente têm-se ali feito importantes melhoramentos agricolas.

I. DE VILHENA BARBOZA.

ARCHEOLOGIA PORTUGUEZA.

MEMORIAS DA VILLA DE ARRAYOLOS.

V.

Aforamento de uma vinha e herdade no termo de Arrayolos a varios povoadores.

RESTITUIDO assim el-rei ao dominio de Arrayolos, não tardou que elle não fizesse, como senhor da terra, em 15 de março da era de 1311, anno de Christo 1273, carta de aforamento da sua vinha de Arrayolos, e da sua herdade, que jaz em cima da vinha *de molla*, a dezenove povoadores, com tal condição, que lavrem e fructifiquem a dita vinha e herdade, e dêem a elle rei, e a todos seus successores em cada anno, da vinha a quarta parte do vinho no lagar, e similhantemente a quarta parte da tinta. E da herdade dêem a quarta parte do pão, e de todas as outras cousas, que Deus ahi der. E que não vendam a dita vinha ou herdade a ordem, nem a cavalleiro, nem a clerigo, nem a dona nobre, nem a escudeiro, ou a pessoa religiosa. E se as quizerem vender ou dar, as vendam ou dêem a taes homens, que em cada anno paguem a elle dito rei, e a todos seus successores o sobredito fôro completo (1). Clausulas ordinarias em taes contratos.

Ninguem poderá aqui censurar o rei de assim obrar, havendo para isso tão legitimo fundamento, como era a antecedente sentença dos arbitros; e todavia nos ultimos tempos de sua vida quiz elle emendar alguns procedimentos menos amigaveis, que com

(1) Torre do Tombo. Livro 1.º de D. Affonso III, fol. 2.º

o clero havia tido, e chegou a fazer, estando em artigo de morte a 17 de janeiro de 1279, nos seus paços em Lisboa, uma composição com o estado ecclesiastico, em que manda fazer restituição dos damnos, que entendia lhe havia causado; e particularmente nomeou logo algumas terras, que elle tinha occupado, que mandou as restituirem sem demora, e eram Valença, Gaya, Linhares, Lourinhã, Arrayolos, Vimieiro e as Alcaçovas, etc. (Fr. A. Brandão, *Monarchia Lusitana*, parte 4.^a, liv. 15.^o, cap. 48.)

Em quanto a Arrayolos não foi por certo cumprida esta vontade d'el-rei, pois a terra continuou a ser considerada do dominio regio.

VI.

Reguengo da Vide, em tempo d'el-rei D. Diniz.

EL-REI D. Diniz, herdando o governo do reino, não herdou os escrúpulos dos ultimos dias de seu pae; e conservando o dominio temporal de Arrayolos, na fórma em que lhe havia sido julgado, passou uma carta em Coimbra ao 1.^o de fevereiro da era de 1328, anno de Christo 1290, a Pero Caria, seu sesmeiro do seu reguengo da Vide, termo de Arrayolos, na qual carta o faz povoador do mesmo reguengo, e lhe manda que o dê a quarenta povoadores, que sejam bons lavradores, e com algo, e com conselho, dos quaes nenhum seja cavalleiro, nem clérigo, nem homem d'ordem; com tal condição que elles e todos seus successores morem ali por seus corpos, e o lavrem e fructifiquem; e paguem de fóro a el-rei e a todos seus successores cada anno o quarto do fructo que Deus ali der, salvo da ferrã (verde) que derem a comer a suas bestas e a seus bois, e da fructa e legumes que comerem em suas casas, e das hortas, que fizerem para seu comer. Pagará mais cada povoador a el-rei em cada anno um capão, e um alqueire de trigo pela medida de Évora, e uma duzia de ovos; e o pão devem-no dar na eira, o linho no tendal, e o vinho no lagar em paz e em salvo; e o preço dos segadores deve-se tirar do monte. Manda mais el-rei que estes povoadores devem ser desesos e amparados assim como os outros seus homens dos seus reguengos. E não devem ir em hoste nem em fossado com o concelho, nem pagar nenhuma talha por aquillo que houverem no dito reguengo. E se alguém se queixar d'estes povoadores, devem fazer direito ao queixoso perante o vigario do dito reguengo. E não devem os ditos povoadores vender, nem dar, nem doar, nem emprazar a parte que lhe toca no dito reguengo a ordem, nem a cavalleiro, nem a clérigo, nem a dona, nem a escudeiro, nem a nenhuma pessoa religiosa, nem poderosa; e só a tal pessoa que pague a el-rei e a todos seus successores os ditos fóros cumpridamente (1).

Será este reguengo a mesma vinha e herdade aforada por D. Afonso III em 1273? o nome de reguengo da Vide será indicio d'esta identidade? para admittir isto era necessario suppôr que a possessão, em parte cultivada de vinha, e repartida aos dezenove povoadores em 1273, estivesse já erma e abandonada em 1290 por fórma, que nem d'aquelle primeiro contrato se julgasse dever fazer menção, e fosse agora repovoada como terra maninha e sesmeira. Hypothese esta pouco ou nada admissivel.

É aqui tambem logar de fazer notar que esta car-

ta de fóro do reguengo da Vide de 1290, é no meu entender o documento que communmente se acha mencionado como primeiro foral dado á villa de Arrayolos; e que a elle, e não a outro diploma, se refere o foral dado por el-rei D. Manuel, quando diz: «Visto o foral da dita villa dado por el-rei D. Diniz, etc.» A significação vaga da palavra *foral*, que, se muitas vezes significa código de leis municipaes, tambem frequentissimamente se toma por simples carta de aforamento de alguma terra ou possessão (2); e a nenhuma noticia, que no archivo da Torre do Tombo ha de foral municipal da villa de Arrayolos n'esta epocha (3), me confirmam n'aquella opinião, em quanto não apparecer documento em contrario.

Nem deve fazer pezo a data do anno de 1310, que tambem communmente se attribue ao foral que se diz dado á villa por D. Diniz, sendo a carta de fóro do reguengo da Vide datada do anno de 1290 (era 1328); pois bem sabido é pelos que têm algum uso de compulsar documentos antigos, que nada é mais facil do que errar uma data; e quanto, sob auctoridade de um só auctor, é este primeiro erro depois abraçado e seguido sem maior exame por outros muitos.

É do reguengo da Vide nada mais direi por ora. Adiante tornarei a elle em logar opportuno.

J. H. DA CUNHA RIVARA.

ARCHIPELAGO DE CABO VERDE

Foi n'outros tempos esta ilha mui arborizada. Devia de haver aqui bosques mui densos e copados, como o mostra o nome que, ainda hoje, se dá á freguezia de Santa Catharina (*do mallo*); e que haviam de ser taes que pudessem servir de esconderijo e guarida a escravos fugidos, que formavam seus *quilombos*; e a muitos livres que não podiam sujeitar-se ao viver laborioso das fazendas, e preferiam passar a vida em completa ociosidade, como o faziam ainda em 1731, no tempo do ouvidor José da Costa Ribeiro, que disse mui amargamente se queixava para a côrte. D'esta ociosidade em que viviam, e furtos que para se alimentarem praticavam, lhes veio o nome de *vadios*, que depois injustamente se estendeu a todos os habitantes do interior, que ainda hoje se chamam *vadios*.

Tal é a origem d'esta denominação, que não ha muitos annos serviu de pretexto a um governador geral para se entregar á sua paixão de despotismo, e para exercer vinganças mesquinhas, fingindo que cumpria litteralmente as ordens do governo supremo. Outro governador geral, em epocha mais recente,

(2) *Foral* é a traducção que a cidade media fez das expressões latino-barbaras *forum*, *foros*, com que se designavam já no seculo 10.^o, não só as leis escriptas e os costumes tradicionaes, mas tambem qualquer diploma de concessão de privilegios, e ainda varias especies de contractos sobre propriedade territorial, de que para um ou mais individuos resultam direitos e deveres. — A. Herculano, *Historia de Portugal*, tomo 4.^o, pag. 49.

(3) Como se collige do exame da Memoria para servir de indice dos foraes das terras do reino de Portugal e seus dominios, por Francisco Nunes Franklin; e do exame, que eu mesmo fiz dos indices do proprio archivo.

(1) Torre do Tombo liv. 4.^o de D. Diniz, fl. 16.

dava a esta palavra uma outra significação, respondendo a alguns quisitos; mas de certo que não pôde auctorisar essa sua informação com outra cousa que não seja a sua ignorancia, e a ruim vergonha de a confessar.

Mas, voltando á minha narração. Todas essas matas desapareceram: a maior parte das arvores têm caído aos golpes do machado, e apenas apparecem, de longe em longe, solitarias figueiras bravas, e humildes espinheiros, que esperam uma sorte igual á das que as precederam. A calabaceira, ou Baobab, de que ha uma verdadeiramente prodigiosa no caminho dos Orgãos para os Picos, passando o *Jáúgotó* manso, não tem por esse lado nada a temer; salva-a da destruição a sua madeira porosa e leve de que nenhum proveito pôde tirar o vandalismo africano.

A todas essas montanhas que cortam o paiz em diferentes sentidos sobreleva, como um gigante entre um bando de pigmeus, o *Pico d'Antonia*, celebre nas legendas e tradições populares do paiz, de figura quasi conica, e terminando em agulha, que corda uma longa cordilheira de montanhas que atravessam a ilha pelo meio, como uma cintura que a estreita de norte a sul. A sua altura, calculada em quatro mil e quinhentos pés acima do nivel do mar, torna-o em grande evidencia de todos os lados da ilha, e mesmo do mar.

No tempo das aguas está quasi sempre envolvido n'uma densa opa de nevoeiros, que começam a amontoar-se desde que a estação humida se vae aproximando, e que engrossam á proporção que as chuvas são mais copiosas; e como é, de ordinario, mais fatal para os europeus o anno em que mais chove, creio que d'ahi provieram as invocações e imprecações dos naturaes contra os brancos de quem estão queixosos (1).

Descem d'este pico regatos caudalosos que formam a ribeira d'Antonia, um dos sitios mais vecejante e productivo da ilha, e que vae desaguar no mar, onde fórma um pequeno porto, que sómente pôde ser frequentado de lambotes, pequenas embarcações cujo nome lhe provém de uma corrupção das palavras inglezas *longboat*, e que alguma apparencia têm dos nossos hiates na armação.

Fazem estes botes a navegação de uns para outros portos na mesma ilha; e tambem se atrevem a demandar as ilhas, mesmo as mais distantes, o que tem sido causa de grandes desgraças. Acontece ás vezes, principalmente no tempo das cerrações, vararem as ilhas, e írem dar consigo a terras do Brazil, ou a serem no mar encontrados por navios que recolhem a gente, reduzida ao mais deploravel estado por falta de agua e de mantimento. Em geral, os mestres d'estes barcos sabem tanto, como a carga que conduzem; guiam-se de noute por uma estrella que escolhem, e de dia pela sombra de uma faca, espetada no convez, e que lhes serve de agulha de marear, que não têm, nem ao menos conhecem; tal é a sua ignorancia.

Eu quiz pôr cõbro n'isso, e no abuso de encher as embarcações de passageiros, e tambem de gados; e propuz a adopção de algumas providencias, que foram ordenadas, mas que não foram leal e conscienciosamente executadas, pois que o actual governador de Cabo Verde foi obrigado a fazer-lhes alguns additamentos, com o fim de prevenir um despreso fu-

turo por provisões que protegem a vida dos infelizes, que não têm remedio senão entregar-se á mercê dos lamboteiros. Deus queira que as suas ordens sejam mais felizes depois que elle tiver saído para a Europa, do que o foram as minhas depois que não pude mais protegel-as com a minha presença.

(Continúa.)

J. M. DE SOUSA MONTEIRO.



FRASCO ARABE.

No numero 48, paginas 380 do 9.º volume d'este semanario, demos o desenho de um dos magnificos productos das famosas manufacturas de Sévres, promettendo continuar a publicar gravuras de outros objectos, que pela elegancia da sua fórma, ou por esmerada execução, pudessem servir ao estudo dos nossos operarios, cuja habilidade é geralmente reconhecida.

Cumprindo aquelle promettimento apresentámos hoje a cópia de um frasco, de fórma octogonal, que assim pela idéa, como pela delicadeza, formosura e perfeição do lavor, é um verdadeiro e optimo modelo.

E' obra de artista arabe, e foi lavrado em prata. Se nos não enganámos este pequeno, mas precioso producto da industria africana, pôde soffrer comparação, e ainda disputar preferencia, assim na mão de obra, como em gosto, com o que de melhor, n'este genero, nos fornece a industria europeia, cujos progressos são aliás cada vez mais admiraveis.

(1) O' Pico d'Antonia, livra-me d'este branco: Valha-me o Pico d'Antonia: Cuidado com o Pico d'Antonia, etc. são ditos mui vulgares.

ODIO VELHO NÃO CANÇA.

ROMANCE HISTÓRICO.

CAPITULO XVII.

Emprazamento.

ERA comica pelo menos a ameaça, e mais comico ainda o tom de convencimento com que a pronunciou o pobre homem.

Gomes Lourenço, que por minutos guardára silencio, alçando de repente a cabeça, estendeu o braço para os dous que a reza perturbára, e bradou-lhes:

— «Pelo céu que nos vê, pela terra que me ha de cobrir, e por Christo consagrado na hostia, a ambos vós emprazo para dentro em seis dias contados responderdes perante Deus!»

D. Nuno descorou, e D. Martim balbuciava uma resposta, quando a mesma voz que já tinham ouvido resoar nas arcarias, resou de novo.

— «Gomes Lourenço, antes de seis dias a alma d'estes homens estará nas trévas. Aceito o prazo.»

— «Raios de Judas!» gritou com terror o senhor de Lanhoso. «Hei de vêr aonde se esconde o bruxo.»

D. Nuno é que não se resolveu a proceder á victoria. Apegando-se ás paredes, cór de verde-garrafa á força de medo, apressou-se a sair quanto antes. D. Martim ainda deu dous passos; mas tornou a desandal-os, julgando mais prudente imitar o velho alcaide. Ambos desassombraram o prezo da sua odiosa presença.

A voz occulta não aterrou menos a Gomes Lourenço. Estavam muito arraigadas as crenças supersticiosas da epocha para qualquer se levantar contra ellas, e as submeter ao exame do raciocinio. Demais até os philosophos da encyclopedia mesmo meditando o bello artigo: «Os espiritos vitæes sobreexcitados,» se do fundo da escrevaninha ou do gargalo da garrafa da tinta ouvissem estalar uma boa gargalhada, rolavam pela theoria abaixo, e simples mortaes, a custo escapariam de uma apoplexia fulminante.

Mas o pavor do moço alferes ainda se augmentou, quando para o topo da capella as ramas da arvore d'Ansur rangeram como se alguém as desviasse. Na escuridão começava a avultar uma fórma confusa, e a recortar-se á claridade do lampadario. Figurou-se-lhe, que em vez de andar, escorregava pelo pavimento.

O mancebo olhava para esta apparição absorto em um espasmo de terror. Aquella hora, n'aquelle momento, e depois das palavras que tinha escutado, não podia crêr que fosse um homem como elle.

— «Atraz, visão da morte!» murmurava benzedendo-se.

Mas ao adelgaçar das trévas a figura, caminhando, caracterisava-se mais de cada vez. No principio não ouvia o som dos pés; agora estremecia com o calcar secco e batido dos passos tropegos. Uma tunica de lã fraldada e larga descia-lhe do pescoço, onde se afogava, até aos pés.

Quando chegou a pequena distancia d'elle o mancebo desenganou-se de que não fôra interrompido por visão do céu nem do inferno. Entre tanto o novo personagem que vae entrar em scena merece que o estudemos com algum cuidado.

CAPITULO XVIII.

Ainda ha dôr maior.

O CAVALLEIRO de Salzedas pasmou de uma cousa; nos passos do homem que se aproximava havia a incerteza de quem apalpa o caminho nas trévas; e entre tanto frouxa, como brilhava, a luz era de mais para andar sem hesitação. Com as mãos estendidas a diante de si, e passos arrastados, o novo personagem chegou ao pé do cepo; os dedos tocando n'elle sentiram o cutello, e refugiram com horror da frialdade do ferro. Demorou-se ali um pouco tomado de repentinas reflexões.

Sobrou então ao mancebo tẽmpo para o examinar á sua vontade.

A cabeça e o rosto do romeiro deviam de ter sido bellos; não da belleza languida de um Antinoo, mas da masculina formosura que dá realce ás graças d'Apollo unindo-as ás fórmas viris do Achilles grego. Na epocha, em que a vida vegeta e floresce em todo o vigor da seiva, poucos homens seriam mais esbeltos.

Não era a fronte pallida e suave, em que a vista do observador descobre logo o reflexo de uma existencia serena. Aquella testa larga e calva arqueava-se com demasiada altivez para exprimir resignação, quando mesmo a não sulcassem as rugas fundas. Espelho turvo, no seu rosto apenas se lia a dôr e a desesperação. O pensamento que lá dentro ardia por força se tinha balouçado no dorso negro das tempestades humanas.

Era facil perceber nas faces cavadas o sitio por onde as lagrimas tinham passado, queimando como lava; nem os jejuns, nem a penitencia se estampavam n'ellas. O coração que batia debaixo da grosseira lã do habito adivinhava-se que podia estalar de orgulho, porém mirrar-se na humildade do cilicio, nunca! No seu olhar não havia o brilho manso, que retracta o animo tranquillo; nas pupillas estava apagado o raio da luz. Para os cantos a bõca fazia essa préga, que mal observada suppõmos um sorriso, e que não é senão o eterno sêllo das reflexões dolorosas. Ali, a ironia ou o escarneo poderiam perceber-se, mas a bondade nunca. Em fim tudo revelava que antes de chegar a meio caminho da vida, fulminado pelo braço de Deus, aquelle homem, semelhante ao cedro, morria lentamente, como o tronco que se torce nú e ferido, soberbo ainda depois do golpe, mas lacerado e negro do rasto do fogo, que lhe abateu o orgulho.

— «Aonde está Gomes Lourenço?» perguntou movendo vagarosamente a cabeça.

O moço alferes tornou a estremecer dos terrores antigos. A voz que o chamava tinha o timbre sonoro da que ha pouco enchêra a capella de ameaças. Demorou-se um pouco em responder.

E fitava as barbas e cabellos brancos do romeiro; e lembrava-se de ter visto n'outro tempo em alguma parte aquellas feições. O gesto e o tom soberano que dava animação á physionomia recordavam-lhe um homem, que vira passar perto do seu berço por entre os brincos da sua infancia; porém reconhecê-lo na imagem desfigurada, que da outra apenas conservava esmorecidos lineamentos, era impossivel. Estes olhos agora immoveis pareceu-lhe que já os vira faiscando de ardor guerreiro a percorrer as luzentes fileiras antes de se rasgar o galope do seu cavallo, e do vento inchar as pregas do seu pendão. Tudo isto lhe acudia á idéa durante o silencioso exame. Umaz vezes cuidava que o conhecêra diverso do que esta-

va; outras, a memoria confusa perdia-se entre as ruínas de recordações incertas.

Elle como que adivinhou as dúvidas suscitadas pela sua presença. Levemente tremula, a sua voz repassou-se de melancolia dirigindo-se ao cavalleiro de Salzedas.

— «Não te disse ainda o coração quem sou? Para D. Gomes Lourenço não conhecer D. Pedro Affonso, o irmão de seu pae, é necessario que esteja bem mudado!»

— «O Lidador, o Cid d'Andaluzia!»

— «Sou eu... fui n'outro tempo.»

— «E o espirito do irmão de meu pae vem avisar-me de que chegou a minha hora?» exclamou o alferes d'el-rei, que sentia de novo os joelhos a vergarem apesar do seu esforço. Não podia crer que fallava com um vivo.

— «O espirito é que morreu, mancebo,» redarguiu o tio amargamente. «O corpo vive e padece até Deus querer.»

— «D. Affonso Viegas!... neste estado...» murmurava Gomes Lourenço, «a melhor lança de Castella e Portugal! Vindes da terra de Deus, e os tratos dos infieis...»

Não se atreveu a acabar. Confrangia-se d'assombro e de pezar; e limpava com as costas das mãos as lagrimas, que lhe borbulhavam nos olhos.

— «Da terra de Deus?!...» respondeu com ironia o cavalleiro. «A terra donde venho é de trévas e desesperação. Aprendi lá cinco annos a soffrer a fome e a sede... curti as dôres do coração, mais crueis que todos os martyrios... Deram-me tratos; mas não foram os infieis. Este mendigo pobre e cego é o que resta daquelle que chamaram rico-homem de Salzedas, e cavalleiro de Sancho I, rei de Portugal.»

— «Cego!?» gritou Gomes Lourenço; e travando-lhe do braço com o rosto sobre o delle seguia nos globos immoveis do romeiro o rasto ardente do ferro, que lhe queimára o lume da vista.

— «Fizeram-me cego para ficar mais fraco. Fizeram-me escravo para ficar mais vil!»

O tom em que fallava era baixo e surdo; entre tanto cada palavra, vibrante e acerada, entrava como uma sétta pelo coração.

— «Mas quem fez isto, quem?» bradava dolorosamente o cavalleiro apertando as mãos com ancia.

— «Quem te colheu no meio da tua carreira, e na flôr da vida, na alegria do amor te deitou aos pés dessa cruz, á borda dessa cova, leito frio e humido aonde se ajuntam os ossos para o somno derradeiro?... Gomes Lourenço, quem te quebrou a espada, que a não pudeste desembainhar mais? Quem te assoprou sobre a alma, e apagando a luz da esperança, t'a abysmou nas trévas? Quem te amassou o coração de fel e desesperação, que se não morresses ali,» e mostrava o cepo, «morrias da tua dôr, maldito de Deus, e apupado dos homens?... Vae perguntar á consciencia quem te fez um deserto do jardim da mocidade, e te poz uma sepultura no principio da existencia; quem te metteu um cilicio d'espinhos debaixo do aço da armadura, e saberás mais do que eu posso dizer-te.»

— «O amor; foi o amor!»... gritou o mancebo, cravando a vista no pallido rosto do romeiro.

— «Não te enganas,» continuou D. Affonso, «o amor é que me perdeu. Pouparam-me os golpes dos infieis para chegar a isto!»

— «Mas como? dissei-m'o, dissei-m'o pela amizade de meu pae, de vosso irmão... tenho ancia de pagar essa divida...»

— «Mancebo,» retorquiu com ar severo o romeiro, «não vim pedir-te auxilio. Quando costumaram

os Viegas juntar-se como villões para matar um homem? Não te pedi nada em quanto foste livre... agora que esperas a morte, agora chegou o dia de te dizer: «Gomes Lourenço, queres vingança?»

— «Tendes razão,» acudiu com profunda magoa o cavalleiro, «já não sou nada. Tenho de meu meia hora de vida, e morto... quem me vingará a mim?»

— «Não t'o disse? Cuidas que se penam cinco annos a chorar na escuridão o amor e a esperança para expirar com a infamia na fronte, no meio das rizadas do vulgacho, e debaixo do calcanhar de ferro dos senhores?!... Não, pelo inferno ou pelo céu! Se uma vez só D. Affonso Viegas tal acreditasse, seria essa hora a ultima da sua vida.»

— «Sois um Viegas, vós; o covarde de toda a nossa raça fui eu! Nem ao menos soube achar a morte de um cavalleiro.»

— «Silencio, mancebo, não te culpes antes de te accusarem. Julgas que a dôr de um dia e o trance de um minuto bastam para o que eu cheguei a ser?... A ti davam-te a deshonra, e pediste a morte... Eu para não acabar hoje aceitava todos os ultrajes, se houvesse ainda algum que fosse novo para mim. Somos Viegas de Salzedas ambos. Um para cair amortalhado na sua armadura de cavalleiro; o outro para se arrastar como a vibora, e enrolando-se nas entranhas dos traidores, lh'as rasgar sem piedade! Não quero só o corpo, quero a alma de todos elles. O inferno é que hade pagar a minha divida... tamanha que não tem preço na terra nem no céu.»

— «E' verdade!» exclamou Gomes Lourenço «Se os vis soubessem!...»

— «Sabiam. Os villões cuidam que o niuho de Lanhoso é muito alto para lá chegar o braço do escravo. Assentam que depois de cego não se trepam as rochas, que o cercam, sem cair por ellas. Enganam-se. Martim Paes, saberás que te enganaste.»

— «Oh Martim Paes, Martim Paes!» bradou com raiva o alferes.

— «A ti pediu-te a vida; a mim tirou-me a luz dos olhos, o nome de meus paes, e esta mão de cavalleiro... Mancebo, qual de nós é mais desgraçado?»

— «Vós, sois vós!»

(Continúa)

PHANTASCOPO.

DISPOSTAS assim as cousas, se fixarmos a peça superior, abaixando a inferior, e collocarmos sobre a prancheta, perpendicularmente ás duas aberturas, dous objectos semelhantes, como por exemplo AA. com a distancia de 6 a 7 centímetros entre um e outro, estes dous objectos poderão ser vistos directamente através da abertura da peça inferior, olhando com ambos os olhos pela abertura do plano superior. Mas se fôrmos gradualmente levantando aquella, e fixarmos a vista sobre o indicador, a visão dos AA tornar-se-ha confusa; a imagem de cada um duplicar-se-ha, e vêr-se-hão quatro AA dispostos d'este modo:

AA AA

à medida que fôrmos levantando a peça inferior, as duas imagens interiores ir-se-hão afastando das imagens extremas, e chegará até a acontecer que as duas imagens interiores se sobreporão, assim como se indica na figura. Muitos outros resultados igualmente curiosos se podem obter.

Pode-se v. g. substituir os AA por duas flôres si-

milhantes. Desenhando na peça inferior um pequeno vaso de flôres, com uma haste que sirva de indicador, obter-se-ha a imagem phantastica das duas flôres na extremidade d'esta haste. Se, n'esta experiencia, as flôres fôrem de duas côres differentes, a côr da imagem phantastica participará de uma e da outra. Uma flôr azul e uma flôr vermelha representarão uma imagem rouxa; uma flôr vermelha e uma flôr amarella, uma imagem côr de laranja; uma flôr azul e uma flôr amarella, uma imagem verde.

Duas linhas de direcção perpendicular, como as seguintes — | darão a imagem de uma pequena cruz +.

Emfim as duas partes complementares de uma mesma figura collocadas uma de um lado outra do outro, em altura conveniente, reproduzirão na imagem phantastica a figura completa.

O pequeno instrumento que descrevemos é proprio para illucidar bem certos pontos ainda obscuros, relativamente á constituição do orgão da vista. Por elle se prova que não vemos igualmente bem de ambos os olhos.

ENSAIO DE UMA DISSERTAÇÃO HISTORICO-CRÍTICA SOBRE OS FACTOS MAIS CONTROVERSOS DA HISTORIA DO CONDE D. HENRIQUE, PRIMEIRO SOBERANO DE PORTUGAL, E TRONCO DA AUGUSTÍSSIMA CASA REINANTE.

PRIMEIRO PONTO.

De quem era filho?

IX.

Do progresso historico da presente questão facilmente se deduz, que os proprios André Duchesne e os Irmãos Sammartanos, assim como os auctores da *Arte de verificar as datas*, conheceram muito a fraqueza, e o lado accessivel e desguarnecido, que mais cedo, ou mais tarde facilitaria o exame, e consequentemente a derrota dos seus juizos e pareceres. Notemos pois alguma parte dos esforços e diligencias, que elles fizeram para sustentar e corroborar uma opinião, que saíra tão defeituosa das mãos do seu primeiro defensor. Querendo elles dar ao principe D. Henrique um quarto filho na pessoa do senhor D. Henrique, tiveram de recorrer aos auctores quasi coevos; porém de que maneira o executaram? André Duchesne cita o monge de Evreull Orderico Vital, e d'elle transcreve as seguintes palavras: «Henricus vero qui primogenitus erat (Roberti) Hugonem et Odonem genuit, sed ante Patrem suum obiit (!).» Temos pois dous filhos do principe Henrique; a saber, Odo e Hugo, o que não exclue outros; porém eu recorrendo á fonte, ou á historia de Orderico Vital, publicada pelo proprio André Duchesne, acho est'outras palavras: «Henricus primogenitus ejus, ipso (Roberto) jubente uxorem duxit, ex qua filios tres Hugonem et Odonem atque Robertum Lingonensem Episcopum genuit. (2) »

Determina o proprio historiador o numero dos filhos do principe Henrique, e é obvia a discrepancia entre os dous textos allegados; e já se apalpa que a

ingerencia de um quarto filho tem gravissimo impedimento. Ao mesmo passo fazia-se necessario, que estes genealogistas francezes se desembaraçassem da auctoridade de D. Rodrigo Ximenes, arcebispo de Toledo, que chama o nosso conde D. Henrique primo co-irmão de Raymundo conde de Galliza; e como dispõem elles a verificação deste parentesco? André Duchesne, na sua historia dos reis, duques e condes de Borgonha, confessa ignorar o nome da mulher de Henrique, filho de Roberto, primeiro duque de Borgonha; e os mais, ou Sammartanos, laboravam na mesma incerteza. Apareceu então, e bem a proposito de acudir a estes homens afflictos e perplexos uma breve memoria tirada de um calendario da igreja de Besançon, na qual se lia que Sibilla, mãe do duque de Borgonha dera um *manso*, ou passal á igreja d'aquella cidade; e apesar de que ainda então se ignorava o nome da mulher de Odo I (3) e apenas fundados em que mãe de duque vem a dizer *senhora*, que não chegou a ser duqueza, suppuzêram que esta Sibilla foi a mulher do principe Henrique, a mãe de dous duques de Borgonha e do nosso D. Henrique, o que todavia ficou tão-mal seguro, que os addicionadores da historia genealogica da casa real de França apontaram, que Orderico Vital chamára Sibilla á mulher de Odo I. (4) Vejâmos porém qual é o fundamento, em que se apoia a certeza, de que a mulher de Odo I não se chamava Sibilla, porém Mafalda, ou Mathilde. Já tinha chamado Sibilla á mulher de Odo I; porém uma carta que de Beaume foi escripta a mr. Robe, morador em Chalons, e que trazia a data de 3 de fevereiro de 1628, o fez mudar de opinião, e lhe deu toda a certeza de que a Sibilla mãe do duque de Borgonha era sem questão a mãe dos duques Hugo, Odo e do nosso D. Henrique. (5) Tratando-se de cousas de Portugal basta que appareça uma carta do seculo XVII para levar ao ultimo ponto de evidencia um successo do seculo XI! Bem sei que é mais facil de provar pelo contexto de Orderico Vital, que a esposa de Odo I era filha de Guilherme, 2.^o do nome e conde de Borgonha, do que fixar-se-lhe com toda a certeza o seu nome. Sou tão sincero, que não occultarei, que as tradições de Claraval, e até documentos, que é desnecessario citar, dão o nome de Mathilde á mulher de Odo I; mas que contradicção ha, para que a mesma pessoa tivesse dous e mais nomes? O proprio André Duchesne refere muitos exemplos disto, e a propria historia genealogica de França quando trata da mulher de Raynaldo I de Borgonha, e mãe da chamada Sibilla confessou, que se chamára umas vezes Adelaide, outras Judith de Normandia. (6) Apesar de todas estas concessões digo e affirmo que houve duques na Borgonha, antes que o rei de França Roberto, o *devoto*, se apoderasse d'este ducado, e o entregasse a seu filho Roberto; e quem nos assegura, que a tal Sibilla bemfeitora da cathedral de Besançon não fosse mulher ou mãe de algum dos mais antigos duques de Borgonha?

X.

Vencida a maior difficuldade surdiu logo outra, que mais se occultou, do que se desvaneceu até hoje, e vem a ser esta. Se a mulher do principe Henrique

(3) A pag. 273 da citada historia dos reis, duques, e condes de Borgonha.

(4) Tomo 8.^o da historia genealogica de França, da edição de Paris. — 1726, pag. 411.

(5) Historia genealogica dos duques de Borgonha da casa real, de França, pag. 172.

(6) Tomo 8.^o (ha pouco citado) pag. 410.

(1) Histoire genealogique des ducs de Bourgogne de la Maison de France. Paris, 1628, nas provas a pag. 15.

(2) Historiae normanorum scriptores antiqui. Lutetiae Paris. 1619, pag. 897.

era filha de Raynaldo I, tambem era irmã de Guilherme, o *cabeça atrevida*; e se uma filha d'este, ou Mathilde de Borgonha, foi mulher do duque Odo, segue-se necessariamente, que este duque teve por esposa uma sua prima co-irmã, o que n'aquelles tempos, e ainda em gráu muito mais remoto seria impraticavel. Segundo o testemunho de Orderico Vital (diz o proprio Duchesne) a mulher do duque Odo era filha de Guilherme (*o cabeça atrevida*) «no que parece todavia haver contradicção, pois n'este caso teria por mulher uma prima co-irmã. Talvez Orderico Vital confundisse com esta a alliança do principe Henrique seu pae, ou então esse Guilherme era outro differente d'aquelle, que, usando do mesmo nome, governava a Borgonha (1).» Vemos pois n'esta confissão do réo alguma cousa de que adiante se poderá usar em grande proveito da nossa causa; e ou se ha de renunciar o testemunho de um auctor quasi coevo e de grande auctoridade, ou por esse lado não faz fortuna o excogitado arbitrio, para conciliar o texto do arcebispo de Toledo com a opinião de Godofredo.

XI.

Faltava-lhe ainda outro, e não pequeno embaraço, qual era o não apparecer o nome do nosso conde D. Henrique nos antigos documentos das duas Borgonhas, que não só andam espalhados na *Gallia Christiana* e nas collecções dos Maurianos Achery, Martenne e Durand, mas tambem reunidos em a obra franceza intitulada *Collecção de muitos documentos curiosos que podem servir de subsidios para a historia de Borgonha*; e com effeito parece incrível que em tantos centos de escripturas e doações, nem vestigios se descobrissem de um principe da casa ducal de Borgonha, que antes de sair para a Hespanha forçosamente deveria assistir a muitos actos publicos, e confirmal-os, segundo era usual n'esses tempos, caso fosse verdadeira essa origem. Mas porque arte desatariam os addicionadores da historia genealogica de França este nó, que sobremaneira os encommoava e affligia? Suppõem o nosso D. Henrique em Dijon pelos annos de 1102, pois (dizem elles) é certo que (o conde de Portugal) residia em Dijon em 1102, porque assignou a carta, que seu irmão mais velho o duque Odo expediu em favor da abbadia de S. Benigno da propria cidade, antes de partir para a Terra Santa, e citam á margem a collecção de Perard, paginas 204. Felizmente appareceu na bibliotheca publica d'esta cidade de Lisboa a collecção de Perard (2), que foi avidamente consultada a paginas 204, onde termina a sobredita doação do duque Odo, e onde lêmos:

Ego Odo Dux Burgundiae hanc cartam signo et confirmo, et filiis et fidelibus meis signandam trado, S. Hugonis filii mei, signum Henrici filii mei. Fiquei assombrado da manifesta cavillação com que se mudou o *filius* para *fratris*, e desde então fiquei mais propenso que nunca a duvidar, que o nosso conde D. Henrique descendesse da casa de Borgonha Ducado; porque sendo assim, appareceria mais de uma vez a sua assignatura em as doações de seu pae, de seu avô, e de seu irmão, o que está bem longe de acontecer, pois folheando-se toda a collecção de Perard, e sendo facil descobrir n'ella toda a certeza da existencia dos tres filhos do principe Henrique nomeados por Orderico Vital, nem sequer indícios mui

leves se encontram de ter havido um quarto filho chamado Henrique.

XII.

Tambem lhes fazia embaraço, que fallecendo o principe Hugo, primeiro filho do duque Roberto, alguma cousa mais tarde, e já na declinação do seculo 11.º, e sendo natural, que o principe Henrique só depois da morte de seu irmão mais velho contrahisse matrimonio, o que fazia apparecer outro Henrique de mui verdes annos para militar debaixo das bandeiras do rei castelhamo, e conseguir pelo seu esforço e larga serie de acções de valor a soberania de Portugal, moveram-se d'estas razões para nos darem o principe Hugo por morto em 1057, e o nosso D. Henrique nascido em 1060, que é prazo curto, porém admissivel; d'onde porém é necessario concluir, que o primeiro soberano de Portugal morreu na força da idade, ou de 52 annos, o que tem contra si o uniforme testemunho das nossas chronicas. A este inconveniente succedia outro maior e mais digno de attenção. Prova-se por documento autentico (3) do anno de 1059, que n'este anno o principe Hugo assistiu em Reims á pomposa cerimonia da sagração do rei Philippe I, o que forçosamente nos leva a fixarmos a epocha do matrimonio do principe Henrique em 1060, e consequentemente se faz incrível, que o nosso D. Henrique, ou quarto filho, nascesse em o proprio anno primeiro d'esse matrimonio, excepto se os meus adversarios mostrarem, que o primeiro parto de Sibilla de Borgonha foi extraordinario, e fóra do andamento das gerações humanas. E como se desembaraçarão elles d'este novo impedimento? Dizem que por equivocação foi substituido o nome de Hugo ao de Henrique; e fundando-se em uma chronica anonyma antecipam dous annos a morte do principe Hugo, referindo-a a 1057:

(Continúa.)

Aquelles senhores cujas assignaturas terminam com o numero 26, queiram ter a bondade de as renovar com tempo, para não soffrerem interrupção na remessa. Os preços são os annunciados por differentes vezes; isto é, por anno, ou 52 numeros, 1\$300 réis; por seis mezes ou 26 numeros, 700 réis; avulsamente, 30 réis cada numero.

A distribuição d'este semanario (em Lisboa) começa regularmente na sexta feira e termina no sabbado de cada semana: os senhores assignantes pois que não receberem o numero respectivo até ao sol posto d'este ultimo dia, queiram fazel-o constar, por qualquer meio, a fim de se podrem dar as necessarias providencias. Para as provincias as remessas verificam-se todos os sabbados com a mais escrupulosa pontualidade. Qualquer falta que tenha havido não deve attribuir-se ao Editor, que emprega incansavel todos os meios para bem servir o publico, que se digna de o honrar com a sua protecção.

(1) Historia dos duques de Borgonha da casa de França, pag. 25.

(2) Chamava-se Estevão Perard; e a sua obra saiu á luz em Paris. 1664.

(3) Vem a col. 21 e seguintes das provas do tomo 10.º da segunda edição da *Gallia Christiana*; e já o tinha publicado o jesuita F. Labbe na sua *Collecção de Concilios*.